

## **Métodos utilizados no processo ensino-aprendizagem da criança com Síndrome de Down na Educação Infantil e nas Series Iniciais do Ensino Fundamental**

FELISBERTO, Poliana de Souza - polianasouza4@hotmail.com  
CARVALHO, Sabrina Alves de - sabrinaalves.dcarvalho@outlook.com  
HABER, Isac da Silva - isac.haber@hotmail.com

**Curso de Pedagogia**  
**Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ubá- MG**  
**Ubá-MG/Novembro.\2016**

### **Resumo**

A Síndrome de Down é uma condição genética causada por um cromossomo extra no par 21. Apresenta um atraso significativo no desenvolvimento motor que é característica de todos os indivíduos com esta síndrome e sua psicomotricidade um pouco debilitada, então cabe á instituição propiciar situações de ensino aprendizagem que possam contribuir com o desenvolvimento deste indivíduo. Pretende-se demonstrar o quanto é importante conhecer quais e como são utilizados os métodos de ensino aprendizagem da criança.

Este trabalho tem por objetivos: conhecer os métodos utilizados no processo ensino-aprendizagem da criança com Síndrome de Down, analisar os métodos utilizados no processo ensino-aprendizagem; verificar as técnicas e recursos didáticos utilizados no processo ensino-aprendizagem; e verificar o resultado da aprendizagem da criança com Síndrome de Down. A partir da análise realizada através do questionário que foi entregue na instituição que executaremos a seguinte pesquisa, iremos conhecer e analisar quais métodos são utilizados pelos professores para ajudar no ensino aprendizagem da criança. Neste sentido o trabalho refere-se uma pesquisa qualitativa, realizada por meio do questionário semiestruturado, aplicado em duas instituições, sendo eles: um centro de atendimento educacional especializado e uma instituição privada sem fins lucrativos. Foi possível perceber quais metodologias e recursos utilizados para aprendizagem destas crianças.

Concluiu-se que o profissional que pretende atuar com alunos com Síndrome de Down devem repensar sua prática pedagógica e utilizar do lúdico como instrumento de motivação, interação e promover situações para que haja o desenvolvimento integral da criança.

Palavras Chave: Educação inclusiva, aprendizagem, aluno e Síndrome de Down.

### **Abstract**

Down syndrome is a genetic condition caused by an extra copy of chromosome 21. It presents a significant delay in the motor development that is characteristic of all the individuals with this syndrome and its psychomotricity is a little weakened, so it is the responsibility of the institution to provide teaching-learning situations that can contribute to the development of this individual. It aims to demonstrate how important it is to know what and how the teaching-learning methods of the child are used. This study is aimed to know the methods used in the teaching-learning process of the child with Down Syndrome, to analyze the methods used in the teaching-learning process; to verify the didactic techniques and resources used in the teaching-learning process; and verify the result of the ability to learn of the child with Down Syndrome and from the analysis performed through the questionnaire that will be delivered at the institution that we will perform the next research, we will know and analyze which methods are used by the teachers to help in the teaching of the child. In this regard, the work refers to a qualitative research, carried out through a semi-structured questionnaire, applied in two institutions: a special educational service center and a private non-profit institution.

It was possible to note which methodologies and resources are used for these children learn. It was concluded that the professional who intends to work with students with Down Syndrome should rethink their pedagogical practice and use the play therapy as an instrument of motivation, interaction and promote situations for the integral development of the child.

Keywords: Inclusive education, learning, student and Down Syndrome.

## 1-Introdução

A síndrome de Down é uma condição genética, reconhecida há mais de um século por John Langdon Downe e constitui uma das causas mais frequentes de deficiência mental (DM) Neste estudo, pretende-se demonstrar o quanto é importante conhecer quais e como são utilizados os métodos de ensino-aprendizagem da criança com Síndrome de Down. Pueschel (1995) Schwartzman (1999) e Voivodic (2011), afirmam haver um atraso significativo no desenvolvimento motor que ocorre em todos os indivíduos com Síndrome de Down e sua função psíquica e motora encontra-se afetada, então cabe à instituição propiciar situações de ensino-aprendizagem que possam contribuir com o desenvolvimento motor deste indivíduo.

Com a existência do processo de inclusão, as crianças estão cada dia mais sendo inseridas no ambiente escolar, gerando então muitos questionamentos sobre quais metodologias devem ser utilizadas para a aprendizagem destes alunos, sem que haja uma defasagem quanto ao processo.

Segundo Carvalho (2006) os professores demonstram medo de trabalhar com crianças com necessidades especiais, receando estar contribuindo para o insucesso da aprendizagem destes alunos.

De acordo com Demo (1997 apud Carvalho, 2007) “as barreiras que aparecem na sala de aula podem ser enfrentadas com a determinação e criatividade do professor, quando ele se enxerga como profissional no processo de aprendizagem e educador”, neste ponto, destaca-se a utilização de novas metodologias que priorizem a inclusão de todos.

Com intuito de trilhar um caminho para que possa ajudar o profissional, essa investigação tem por objetivos conhecer os métodos utilizados no processo ensino-aprendizagem da criança com Síndrome de Down, tendo em vista a análise destes métodos, verificando as técnicas e recursos didáticos utilizados com base na verificação dos resultados da aprendizagem da criança com Síndrome de Down, a partir de questionários respondidos por professores da instituição.

Desse modo, sugere-se refletir sobre a inclusão de crianças com Síndrome de Down no ensino regular. Segundo a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p.01): “Toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem e toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas”.

Pessoas com Síndrome de Down são consideradas pessoas com necessidades educacionais especiais e fazem parte do grupo de alunos com essas características, que nos últimos tempos estão saindo das escolas de educação especial para as escolas de ensino regular.

Porém para que ocorra a inclusão ou a não exclusão dos alunos é preciso trabalhar todo o contexto da escola e da sociedade. A palavra inclusão surgiu em um contexto para suprir as necessidades de ter um lugar para se levar as crianças com alguma necessidade especial, porque elas não podiam e nem eram aceitas pela sociedade naquela época, isto ocorria muitas das vezes pela falta de informação sobre o que é a Síndrome de Down gerando o preconceito - uma das muitas barreiras da educação inclusiva.

Para Pueschel (1995), a educação deve preparar crianças e jovens para que estejam inclusos, para que tenha uma boa qualidade de vida, oportunidade de trabalho, que possam interagir com pessoas que não possuem uma necessidade especial ou com aquelas que são, participe de ambientes sociais, como shoppings e sintam-se à vontade e principalmente, que sejam felizes.

A primeira parte deste trabalho é um referencial teórico que descreve o que é a Síndrome de Down e em seguida descreve também sobre a educação inclusiva de pessoas com necessidades educacionais especiais segundo o pensamento de alguns autores.

A segunda parte descreve detalhadamente toda a metodologia da pesquisa e a sua importância justificada com suporte teórico de Marconi e Lakatos (2008) e outros autores.

## **2-Referencial Teórico**

De acordo com Andrade (2009) na contemporaneidade encontram-se grandes dificuldades para lidar com os diferentes, porque aquilo que se afasta do padrão normativo é sempre colocado à margem do processo social. Segundo alguns registros históricos notam-se como eram tratadas as crianças que possuíam alguma necessidade especial, em Esparta, crianças que apresentam alguma necessidade fisicamente ou mentais eram abandonadas ou mortas, porque não se enquadravam no padrão social considerado "normal".

Entre essas deficiências destaca-se a Síndrome de Down que é uma condição genética, que constitui uma das causas mais frequentes de deficiência intelectual caracterizada pela alteração do cromossomo 21, apresentando um cromossomo a mais nas células de quem possui esta síndrome e ocasiona um variável grau de retardo no desenvolvimento motor, físico e mental (MOREIRA, 2000).

Segundo Lefevre (1988), o nome surgiu a partir da descrição de John Langdon Down médico inglês que descreveu, em 1866, pela primeira vez as características de uma criança com Síndrome de Down. As características no caso de Síndrome de Down são causadas pela trissomia do par de cromossomos 21, que pode ocorrer de três formas, sendo a forma mais

frequente a trissomia livre ou simples: ao invés de ter dois cromossomos, o indivíduo possui três, causando-lhe várias especificidades físicas e deficiência intelectual.

Segundo Cintra e Oliveira (apud VEIGA, 2015), fisicamente, os indivíduos com síndrome de Down costumam nascer menores e mais leves do que os outros bebês. Em geral são bochechudos, (devido à flacidez muscular), apresentam hipotonia e têm olhos amendoados relativamente distantes um do outro. Alguns têm prega epicântica, ou seja, um excesso de pele no canto interno dos olhos. Os braços e as pernas são curtos. Possuem também as orelhas implantadas um pouco abaixo do normal, e o nariz, pequeno. O dedo mínimo se mostra ligeiramente curvo. As mãos são menores e gordas, com a palma atravessada por uma única prega transversa. Nos pés, é comum encontrarmos uma distância anormalmente grande entre o primeiro e o segundo dedo.

Segundo Lima (2016) ter a síndrome não significa que a pessoa deixa de ser gente ou que passa a ter uma doença que um dia poderá ter cura. Não se trata de uma doença e sim uma deficiência. “A deficiência representa a exteriorização de um estado patológico e em princípio, reflete perturbações em nível de órgão”. Também é importante destacar que a Síndrome de Down não é uma doença e sim uma condição inerente à pessoa, portanto não se deve falar em tratamento ou cura. Entretanto, como esta condição está associada a algumas questões de saúde que devem ser observadas desde o nascimento da criança.

O ambiente onde a pessoa com Síndrome de Down está inserida é um dos fatores principais para seu desenvolvimento biopsicossocial, pois é neste ambiente que ele desenvolverá vínculos e relacionamentos. Através de sua relação dentro do contexto inclusivo, ele poderá atingir o máximo de suas potencialidades à medida que ele tem o outro como referência, conhecerá a formação de vários papéis sociais, desenvolverá relações de trocas sociais e culturais e aprenderá a conviver com sua própria deficiência, o que faz crescer suas responsabilidades e sentir-se um membro útil da sociedade.

Segundo Sasaki (1997) os benefícios da escola inclusiva pautam-se no aprendizado cooperativo, na educação que seja multicultural e na educação que reconheça e ensine para inteligências múltiplas e diferentes estilos de aprendizado, sendo assim a escola inclusiva deve ser uma escola para todos com respeito ao tempo e ao processo singular de cada um.

A partir de 1994 o movimento de educação inclusiva nasce no cenário mundial onde possui a função da conferência mundial da UNESCO era debater sobre necessidades educacionais especiais. A partir de então houve a necessidade de se redimensionar a escola e a educação como um todo para que todos os indivíduos com algum tipo de deficiência pudesse ser parte integrante das escolas (KARAGIANNIS et al; 1999). Foi nessa conferência que a

Declaração de Salamanca foi elaborada, tornando um documento de referência na discussão dos sistemas educacionais, na qual ela prioriza que todos os alunos devem aprender juntos.

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.11-12).

O processo de inclusão é marcado por quatro fases: exclusão, segregação, integração e inclusão que ocorrerão ao longo do processo de desenvolvimento da história da inclusão. Sendo elas: a fase da exclusão, onde não havia nenhuma atenção com as pessoas deficientes ou com necessidades especiais, elas não são consideradas com parte do meio social. A fase da segregação institucional onde as pessoas com deficiência tinham um lugar para ir, sendo estas instituições filantrópicas ou religiosas. A fase de integração em que a pessoa era encaminhada às escolas regulares, mas para não comprometer o processo de ensino das outras pessoas, eram colocadas em ambiente diferenciado. E a fase de inclusão em que todas as pessoas com deficiências devem ser inseridas em classes comuns, sendo que os processos educativos é que devem ser adaptados aos alunos conforme as suas necessidades (FRIAS 2008).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), assegura que a educação é um direito de todos e que as pessoas com necessidades especiais devem ter atendimento educacional preferencialmente na rede regular de ensino, que deverá garantir atendimento educacional especializado às pessoas que possuam deficiência. No entanto torna-se comum à inclusão escolar ser realizada como um mero cumprimento da legislação, no sentido de aceitar a pessoa com necessidade educacional especial. Esta concepção é insuficiente, pois não basta abrir os portões da escola e inserir o aluno com necessidade especial na classe regular sem o devido amparo e preparo para lidar com elas (MENEGOTTO, 2005).

De acordo com Duarte e Santos (1999) a inclusão está em fase de adaptações sociais e as pessoas precisam ter consciência de que apesar de ter uma deficiência, o aluno é um cidadão com direitos e deveres a serem cumpridos. Muitos profissionais ainda não acreditam que possa acontecer a inclusão significativa, por falta de informação, pois infelizmente muitos confundem a Síndrome de Down como uma doença grave.

Nesta perspectiva Vieira (2015) ressalta a busca por uma formação adequada para o corpo docente e funcionário da escola é um imperativo para superação dos desafios inerentes ao processo inclusivo. Nesse ponto, pois, destaca-se a utilização de novas metodologias que priorizem a inclusão de todos, haja vista, ser uma possibilidade para a quebra de barreiras.

Portanto a entrada da criança com Síndrome de Down na escola proporciona ao seu desenvolvimento um crescimento expressivo no que se refere à ampliação de habilidades e competências que podem ser estimuladas e despertadas nos estudantes através da mediação pedagógica, pois quando se trata desse grupo de crianças, a educação pode ser um instrumento transformador para sua interação com o meio social, pois os momentos proporcionados pela vivência na escola contribuem para sua socialização com o grupo e reforça sua autonomia para realizar atividades no cotidiano (VIEIRA, 2015).

Nessa perspectiva, o educador é agente facilitador, possibilitando interações e intervenções com todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem. Esse profissional tem a responsabilidade de lidar com uma sala heterogênea, onde cada estudante tem suas especificidades e, mesmo assim, deverá entender suas particularidades ajudando a avançar. (VIEIRA, 2015)

A Educação Infantil e o Ensino Fundamental é um direito da criança e dever do Estado; assim sendo, a instituição educativa deve estar organizada para atender às crianças com SD, promovendo a inclusão dessas crianças, proporcionando momentos lúdicos que incentivem o desenvolvimento da autonomia (BRASIL, 1996).

Em 1998, foi publicado o Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI), que tem como objetivo nortear a prática do professor da Educação Infantil e os Parâmetros Curriculares Nacionais que têm por objetivo nortear os processos de reflexão, planejamento e prática pedagógica do professor do Ensino Fundamental, estes referenciais faz parte dos documentos elaborados pelo Ministério da Educação e do Desporto.

O desenvolvimento da criança passa por processos fundamentais tanto na esfera cognitiva, em que se encontra ligado às teorias de aprendizagem; a esfera afetivo-social que envolve as relações interpessoais dessa criança assim como sua história de vida e a esfera motora que é a forma na qual a criança se relaciona com o meio, descobre e atua. A escola é o principal agente motivacional para que todas essas esferas sejam trabalhadas em união para o desenvolvimento biopsicossocial completo da criança.

O professor em seu planejamento deve possibilitar o direito da criança para seu desenvolvimento integral, promovendo o enriquecimento da prática pedagógica, propiciando à

criança um ambiente onde ela possa desenvolver plenamente em socialização com os outros, como brincar, expressar emoções, sentimentos, desejos e necessidades.

Para Cintra e Oliveira (apud VEIGA, 2015, p. 163), o ato de brincar tem uma função social, cultural, pois as crianças entram em contato com o mundo novo, novos objetos, novas possibilidades, sentimentos; o ato de brincar pode parecer simples, mas é algo muito complexo, que exige muito da criança. Esse contato com outros indivíduos e com o mundo é fundamental para que a criança com Síndrome de Down desenvolva sua identidade, sua autonomia e descubra o mundo a sua volta.

Lima (2016) relata sobre o trabalho realizado com crianças com Síndrome de Down sobre a busca da identidade de cada um dos alunos, utilizando como recurso de aprendizagem o trabalho com projetos pensados dentro de cada componente curricular.

Cabe ao professor propiciar um ambiente rico em motivação e possibilidades de cognição e movimento. Como exemplo: materiais com tecidos, bambolês e bolas, diversas texturas e formas para incentivar e aguçar a percepção, o equilíbrio, a criatividade, a memorização de sequência, a contagem rítmica, a coordenação motora, o equilíbrio, a postura, a autoestima, os limites, o respeito ao corpo de outro e ao próprio corpo. (CINTRA e OLIVEIRA, apud VEIGA, 2015, p.165).

Segundo Lima (2016) o profissional que trabalha com criança com Síndrome de Down, tem que ter um olhar além da deficiência e enxergar um indivíduo que tem resultado positivo no seu trabalho, porque cada criança é capaz de “pensar com seus próprios pensamentos” e acredita-se que os ditos normais não conseguiriam acompanhá-la.

Cabe ao professor utilizar do lúdico para se obter uma melhora na aprendizagem esperada. Como exemplo de uma das técnicas de ensino encontra-se o lúdico. Sobre ele, Santos (1999, p.7) relata que:

A palavra lúdica vem do latim ludus e significa brincar. Neste brincar estão incluídos os jogos, brinquedos e divertimentos e é relativa também à conduta daquele que joga que brinca e que se diverte. Por sua vez, a função educativa do jogo oportuniza a aprendizagem do indivíduo, seu saber, seu conhecimento e sua compreensão de mundo.

Através da utilização deste recurso didático, observa-se que os alunos se interessam em fazer as atividades propostas, bem como a questionar e participar compartilhando suas ideias. O fato de estarem brincando em grupo faz com que eles se auxiliem, desenvolvam limites por

obedecerem às regras das atividades e construam seu conhecimento, tornando a aula prazerosa, o que implica pensar como Vygotsky (1984, p. 27):

É na interação com as atividades que envolvem simbologia e brinquedos que o educando aprende a agir numa esfera cognitiva. Na visão do autor a criança comporta-se de forma mais avançada do que nas atividades da vida real, tanto pela vivência de uma situação imaginária, quanto pela capacidade de subordinação às regras.

Deste modo, o educador não somente ensina os conceitos, mas também forma um cidadão autônomo, pois essas atividades propiciam a convivência e por consequência a preparação para a vida em sociedade.

Portanto, o profissional que atua com crianças Síndrome de Down, deve ter um olhar mais sensível perante as dificuldades que a mesma apresenta, utilizando-se de um currículo flexível para adequar às necessidades daquele momento e nunca subestimar a capacidade de aprendizagem do aluno, devendo diversificar sua metodologia, pois como já se sabe sua capacidade cognitiva não é a mesma dos outros, porque cada aluno possui sua subjetividade e singularidade.

### **3-Metodologia**

A pesquisa científica é um conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para os problemas propostos, mediante o emprego de métodos científicos.

A pesquisa é de abordagem qualitativa, procura analisar e interpretar os dados em seu conteúdo psicossocial, segundo Marconi e Lakatos (2007, p.268), “as pesquisas qualitativas oferecem contribuições em diferentes campos de estudo como, por exemplo, a área da educação”.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p.74), utiliza-se como método dedutivo que “tem o propósito de explicar o conteúdo das premissas”, porque parte de uma teoria geral para aplicá-la em casos particulares.

Quanto à natureza trata-se de uma pesquisa realizada pela primeira vez, que vem a contribuir com novas conquistas e descobertas para a evolução do conhecimento científico, sendo considerada quanto à finalidade como pesquisa aplicada, tendo interesse pela aplicação, utilização e consequência e quanto ao nível será descritivo porque visa observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os dados, sem haver interferência, sem manipulação do

pesquisador e terá como modalidade aplicada, a qual possuirá como objetivos investigar, comprovar ou rejeitar hipótese sugerida pelos modelos teóricos (MARCONI e LAKATOS, 2007).

Segundo Gil (1999), o objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. O procedimento científico escolhido para se desenvolver esta pesquisa foi a utilização de questionários. Para Oliveira (2005) o questionário permite que o pesquisador conheça o objeto de estudo.

Para Marconi e Lakatos (2008) o questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Como técnica de coleta de dados, o questionário apresenta uma série de vantagens e desvantagens. Algumas vantagens são: economia de tempo, viagens e obtém grande número de dados; abrange uma área geográfica mais ampla; obtém respostas mais rápidas e mais precisas; há menos risco de distorção pela não influência do pesquisador. Algumas desvantagens podem ser: porcentagem pequena de questionários que voltam; impossibilidade de ajudar o informante em questões mal compreendidas.

A pesquisa foi aplicada em duas instituições, sendo eles: um centro de atendimento educacional especializado e em uma instituição privada sem fins lucrativos pertencentes á cidade de Ubá, de caráter social, educativo, científica e cultural, que congrega pais e familiares de pessoas com a Síndrome de Down, buscando combater preconceitos relativos à aceitação da pessoa com a Síndrome de Down, conquistar seus direitos e promover a busca incessante de medidas visando ao seu desenvolvimento, oferecendo apoio de uma equipe multiprofissional, composta por terapeuta ocupacional, fonoaudióloga, pedagoga e assistente social.

O contato foi realizado com a escola por meio de telefone para pedir autorização e marcar um horário para realização do questionário. O processo ocorreu na escola em que o professor (a) presta serviço no momento em que estará disponível em seu horário de trabalho.

Neste levantamento, buscou-se o cadastro de crianças com Síndrome de Down na cidade de Ubá, sendo população participante dois centros específica de atendimento a estas crianças, tendo como principio de fator de inclusão a instituição a qual todos os profissionais são habilitados, com formação e ou capacitação para atuar com pessoas com necessidades especiais e o fator de exclusão será a instituição na qual a totalidade dos profissionais não possui habilitação, formação e ou capacitação para atuar com pessoas com necessidades especiais.

O questionário contém perguntas objetivas e subjetivas com respostas únicas e múltiplas, e foi aplicado para os professores.

Foi solicitado que cada participante da pesquisa assinasse o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE- da pessoa como sujeito (anexos) afirmando estarem cientes e favoráveis à realização da pesquisa que foi desenvolvida na sua escola.

Após a aplicação dos questionários, os dados obtidos foram tabulados e analisados por um programa computacional, Excel, com construção de gráficos para melhor apresentar os diferentes resultados encontrados entre os professores.

Este artigo será submetido ao Comitê de Ética em pesquisa da Fundação Presidente Antônio Carlos, através da Plataforma Brasil, sendo respeitados os procedimentos bioéticos, propostos pela Comissão Nacional de Saúde (Resolução CNS nº 196/96).

#### **4- Resultados e Discussão**

A referida pesquisa foi realizada utilizando-se como instrumento metodológico um questionário semiestruturado com 15 perguntas, sendo 6 abertas e 9 fechadas, aplicado em duas instituições, sendo eles: um centro de atendimento educacional especializado e em uma instituição privada sem fins lucrativos pertencentes à cidade de Ubá, que se localiza na Zona da Mata Mineira.

A partir do questionário realizado, a pesquisa foi importante para destacar os dados que foram analisados de acordo com o pensamento de autores citados no referencial teórico e outros. Visando manter o sigilo da identificação dos participantes, os referidos foram intitulados aleatoriamente como P1, P2, P3 e P4.

Através desta pesquisa buscou-se analisar o perfil dos pesquisados sendo eles: ambos pertencentes ao sexo feminino, entre idade de 19- 45 anos, sendo que P1 e P2 possui formação acadêmica em graduação e P2, P3 e P4 possui pós-graduação, atuando 50% em instituição pública municipal e 50% instituição privada- filantrópica.

Quando se pensou em uma escola inclusiva refletiu-se sobre um ambiente onde todas as crianças pudessem interagir sem discriminação e sim havendo valorização da diversidade que existe naquele meio, pois de acordo com Melo e Silva (2002) um dos objetivos da escola inclusiva é eliminar atitudes discriminatórias que existem contra o aluno com SD, pois ele necessita apenas de compreensão, aceitação e valorização para sentir-se seguro, passando a ter uma melhor interação com as crianças ditas “normais”.

Quando questionados sobre de que forma o docente pode ajudar à criança com esta síndrome a obter uma boa convivência com os colegas, foram alcançadas as seguintes respostas: P4 relata que primeiro deve trabalhar com a turma para receber a criança com síndrome de

Down, sendo que P1 e P3 descrevem que deve oferecer oportunidades de interação com a criança que possui síndrome de Down e o restante dos colegas para que possam interagir juntos e P2 alega que deve dar exemplo de comportamento e corrigir quando necessário.

De acordo com Lima (2016), o professor deve criar situações satisfatórias para que a criança desenvolva uma boa convivência social, que colabore para interação da criança com Síndrome de Down com os outros colegas.

Segundo Carvalho (2007), quanto maior a “diversidade” dos alunos em sala de aula, mais complexa e rica é a turma.

Para que ocorra esta interação é preciso refletir sobre quais os princípios e benefícios que uma instituição deve pensar para se tornar uma escola inclusiva e analisar como é a relação entre os pais com a criança com Síndrome de Down.

Diante disto, percebeu-se que ambos os profissionais alegam que para uma instituição ser uma escola inclusiva, devem repensar o sentido que está atribuído à educação e P1, P3 e P4 acreditam que precisam atualizar suas concepções, tendo que ressignificar o processo de construção global do aluno, valorizando a diversidade dentro da sala de aula e buscando a não exclusão escolar destes indivíduos. Destaca-se que os sujeitos deram mais de uma resposta para as perguntas.

Notou-se que uma escola inclusiva traz grandes benefícios para o ambiente escolar, pois 100% dos pesquisados declaram que os alunos aprendem a lidar com o ‘diferente’ através da interação com o outro e possibilita que eles ocupem um espaço antes não ocupado, propiciando a socialização, ressalta que P1, P3 e P4 dos pesquisados alegam que aumentam suas capacidades de atenção, de comunicação e da aprendizagem ativa em atividades educativas. Destaca-se que os sujeitos deram mais de uma resposta para as perguntas.

Quanto à relação entre os pais e a criança com Síndrome de Down, observou-se que todos pesquisados agem com aceitação de sua deficiência, P1, P3 e P4 valorizam a diversidade, apenas P1 demonstram ter atitudes positivas em relação a isto, sendo que P1 e P3 relatam que os pais não aceitam a situação de seu filho, sendo isto relacionado ao alto índice de preconceito existente no meio social.

Para que haja o sucesso da inclusão da criança, são necessários alguns componentes essenciais como: ambiente estruturado e adaptado às suas necessidades; possuir uma abordagem de ensino que facilite seu aprendizado, um currículo flexível. Isto não favorece somente à criança que possui Síndrome de Down, mas sim todas as crianças que necessitam de um currículo que adapte à sua individualidade. O ambiente onde a pessoa com Síndrome de Down

está inserida é um dos fatores principais para seu desenvolvimento biopsicossocial, pois é neste ambiente que ele desenvolverá vínculos e relacionamentos.

Em relação aos princípios metodológicos serão citadas algumas metodologias utilizadas para que ocorra a aprendizagem da criança com Síndrome de Down, observamos que P2, P3 e P4 utilizam de materiais concretos e do lúdico e apenas P1 utiliza de programas de alfabetização embasados em pressupostos teóricos.

Lima (2016) adverte sobre os conteúdos infantilizados para o ensino destas crianças, pois o profissional que trabalha com criança com Síndrome de Down deve ter um olhar além da deficiência e enxergar um indivíduo que tem resultado positivo no seu trabalho, porque elas são capazes de “pensar com seus próprios pensamentos” e acredita-se que nós não conseguimos acompanhá-las.

Para Vieira (2015), a busca por uma formação adequada para o corpo docente e funcionários da escola é um imperativo para superação dos desafios inerentes ao processo inclusivo. Nesse ponto, pois, destaca-se a utilização de novas metodologias que priorizem a inclusão de todos, haja vista, ser uma possibilidade para a quebra de barreiras.

Dentro destes aspectos metodológicos os profissionais encontram grandes desafios na organização da prática pedagógica e na fase de inicialização da alfabetização para que possibilite a aprendizagem destes alunos.

<b>Quadro1- Dificuldades encontradas na organização da prática docente e na fase de inicialização da Alfabetização da criança com Síndrome de Down</b>	
<b>Maiores desafios encontrados na organização da prática pedagógica para que possibilite a aprendizagem dos alunos</b>	<b>N<sup>o</sup></b>
Favorecer a construção da autonomia intelectual dos alunos	3
Considerar e atender às diversidades na sala de aula	4
Favorecer a interação e a cooperação	2
Analisar o percurso de aprendizagem e o conhecimento prévio dos alunos	3
Mobilizar a disponibilidade para a aprendizagem	3
Outro: Fala P3: “Considero todas fundamentais e desafiadoras no contexto da sala inclusiva”	
<b>Maiores dificuldades que o profissional encontra para iniciar a alfabetização da criança Síndrome de Down</b>	
Níveis de desenvolvimento ser mais lento	4
Imaturidade	3
Psicomotricidade comprometida	3
Nervosismos do aluno	0
Articular objetivos de ensino e objetivos de realização dos alunos	3
Organizar racionalmente o tempo	3

Organizar o espaço em função das propostas de ensino-aprendizagem	3
Selecionar materiais adequados ao desenvolvimento do trabalho	2

Quadro 1: Dificuldades encontradas na organização da prática docente e na fase de inicialização da Alfabetização da criança com Síndrome de Down.

Fonte: Pesquisa 2016

Para nortear a prática do professor da Educação Infantil e do Ensino Fundamental dos anos iniciais sugere-se como auxílio o Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI), Parâmetros Curriculares Nacionais que têm por objetivo nortear os processos de reflexão, planejamento e prática pedagógica do professor. Este referencial faz parte dos documentos elaborados pelo Ministério da Educação e do Desporto. Percebeu-se que o processo de ensino aprendizagem na criança com Síndrome de Down ocorre de forma mais lenta em relação às outras crianças.(BRASIL,1996)

Em Schwartzman (1999), a escrita e a leitura é uma das maiores dificuldades de aprendizagem para crianças com Síndrome de Down, devido a sua deficiência intelectual. Mas o processo de alfabetização não é um caminho fácil. Não existe um método para ensinar todos os alunos com deficiência mental a ler, o mais adequado é variar as estratégias de aprendizagem.

O cérebro de uma criança que tem alteração no cromossomo 21 tem um volume menor comparado às crianças comuns, devido a isto, a conexão entre seus neurônios são menores. Isso afeta a instalação e as consolidações das conexões de redes nervosas necessárias para estabelecer os mecanismos da atenção, memória, capacidade de correlação e análise, o pensamento abstrato, dentre outros (CHAVES, 2007).

Dentro desta perspectiva questionamos os profissionais como ocorre o processo ensino aprendizagem da criança com síndrome de Down, obtivemos as seguintes respostas: P1, P2 e P3 alegam que o processo é lento, por possuir uma capacidade cognitiva menor em relação às outras crianças e P4 afirma que o processo ocorre de maneira satisfatória.

Segundo José e Coelho (1995) as crianças com Síndrome de Down possuem alguns problemas de aprendizagem como na linguagem, envolvendo a fala, a leitura, a escrita, a psicomotricidade, explorando seus tipos de distúrbios como a instabilidade motora, debilidade motora e a lateralidade cruzada; o da saúde física, com foco na visão e audição. E esses distúrbios também podem causar problemas psicológicos, os problemas emocionais podem interferir em todas as reações da criança, notadamente na aprendizagem.

A criança que possui necessidade especial apresenta um desvio do normal (físico, social ou mental), podendo apresentar um retardo mental o que dificulta a aprendizagem. Para intervir nesta situação cabe ao professor utilizar do lúdico para se obter uma melhora na aprendizagem

esperada, pois através da utilização do lúdico, observa-se que os alunos se interessam em fazer as atividades propostas, bem como a questionar e participar compartilhando suas ideias. O fato de estarem brincando em grupo faz com que eles se auxiliem, desenvolvem limites por obedecerem às regras das atividades e construam conhecimento, tornando a aula prazerosa.

Cabe ao professor propiciar um ambiente rico em motivação e possibilidades de cognição e movimento. Como por exemplo: materiais com tecidos, bambolês e bolas, diversas texturas e formas para incentivar e aguçar a percepção, o equilíbrio, a criatividade, a memorização de sequência, a contagem rítmica, a coordenação motora, o equilíbrio, a postura, a autoestima, os limites, o respeito ao corpo de outro e ao próprio corpo (CINTRA e OLIVEIRA, apud VEIGA, 2015, p.165).

Segundo Gil e Alquéres (2005), alunos com deficiência devem ser vistos na escola inclusiva como pessoas que são grandes desafios para a capacidade dos professores e para escola em promover educação para todos, respeitando as diferenças de cada um e não devem ser vistos como problema. Isso se soma à consideração de Mantoan (2006), de que a inclusão exige uma mudança organizacional para conseguir proporcionar uma educação para todos.

Os profissionais relataram sobre resultados alcançados para o aluno com Síndrome de Down, a partir das novas tecnologias. “- As crianças aprendem de forma gradual, nas situações diárias e centradas em coisas concretas. Cada atividade sugerida leva à consecução de vários objetivos dos domínios afetivos, cognitivos e motor.”

Segundo Schwartzman (1999), é importante o desenvolvimento das áreas de potencialidades do conhecimento demonstradas pelos alunos com síndrome de Down pela escola. A escola deve trabalhar com atividades que estimulem essas potencialidades.

Questionamos aos pesquisados como eles definiriam o que é síndrome de Down, ambos chegaram à mesma concepção, concluindo que Síndrome de Down é uma condição genética, causada por um cromossomo extra no par 21.

Moreira (2000) destaca a Síndrome de Down como uma condição genética, que constitui uma das causas mais frequentes de deficiência intelectual caracterizada pela alteração do cromossomo 21, apresentando um cromossomo a mais nas células de quem possui esta síndrome e ocasiona um variável grau de retardo no desenvolvimento motor, físico e mental.

Por fim, ambas pesquisadas revelaram as opiniões, as dificuldades e os resultados alcançados com o uso das novas metodologias para o aluno com Síndrome de Down, podendo destacar que o lúdico é uma das principais ferramentas aliada ao processo ensino-aprendizagem deste indivíduo.

## **5- Considerações Finais**

Esta pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de compreender quais as metodologias utilizadas para o processo ensino-aprendizagem da criança com Síndrome de Down na Educação Infantil e nos anos iniciais.

A partir do referencial teórico como base de sustentação deste trabalho, com as leituras realizadas, adotando como instrumento metodológico a aplicação do questionário foi possível perceber que os profissionais não utilizam de técnicas específicas para promover o processo de ensino aprendizagem, pois não existe uma metodologia específica para o ensino destas crianças, sendo necessário o uso de estratégias diversificadas e utiliza de recursos o uso de material concreto, como alfabeto móvel, jogos, material dourado, entre outros, em que as crianças possam vivenciar o aprendizado de maneira lúdica.

Diante disto percebeu-se que o processo de ensino-aprendizagem na criança com Síndrome de Down ocorre lentamente, porque sua capacidade cognitiva é menor em relação às outras crianças, por isto elas apresentam memória de curto prazo.

Cabe ao professor propiciar um ambiente composto/envolvido de atividades motivacionais, dinâmicas, com possibilidades de desenvolvimento cognitivo, movimento, utilizando o lúdico para obter uma melhora na aprendizagem esperada e também buscar uma formação continuada visando à constante capacitação para atuarem com estas crianças.

Como recursos didáticos e pedagógicos o trabalho deve ser realizado com projetos pensados e propostos que devem atender a cada componente curricular e inclusive de forma interdisciplinar, pois estes servem para nortear a prática pedagógica do profissional, lembrando que em seu planejamento, deve possibilitar o direito à criança para que haja o seu desenvolvimento integral.

Destaca-se, portanto, que o profissional que pretende atuar com alunos com Síndrome de Down, devem ter um olhar além da deficiência e enxergar uma criança que possui potencialidades que precisam ser desenvolvidas, cabendo ao professor propiciar situações para que isto ocorra de maneira significativa na vida destas crianças.

## Referências Bibliográficas

ANDRADE, F.S. **Fatos históricos sobre os portadores de necessidades especiais e também o contexto historiográfico dos jogos e brincadeiras ao longo dos tempos.** Disponível em: < <http://www.webartigos.com>> . Acesso em: 18 maio 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva:** com os pingos nos "is". 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006. 175 p.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para aprendizagem:** educação inclusiva. 6.ed. Porto Alegre: Mediação, 2007. 174 p.

CHAVES, F. F. **Anomalia cromossômica numérica:** síndrome de Down. Disponível em: <<http://www.ufv.br/dbg/BIO240/DG108.html>> . Acesso em: 18 de maio 2016.

CEBALOS, N. M; MAZARO, R. A; ZANIN, M. **A importância do lúdico para crianças com Síndrome de Down.** Disponível em: < <http://www.efdeportes.com/efd168/universo-ludico-para-criancas-comsindrome-de-down.htm>>. Acesso em: 27 de mar. 2016.

DUARTE, E.; SANTOS, T. P. **Atividade física para pessoas com necessidades especiais:** experiências e intervenções pedagógicas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. p.93.

FRIAS, E. M. A. Inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais. In S. Stainback & W. Stainback. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre : Artes Médicas Sul, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

KARAGIANNIS, A.; STAINBACK, W. STAINBACK, S. **Fundamentos do ensino inclusivo:** inclusão um guia para educadores. Porto alegre. ARTMED, 1999. p. 21-24.

JOSÉ, Elizabeth; COELHO, Maria Teresa. **Problemas de Aprendizagem.** São Paulo. ÁTICA S.A. 1995. 7. ed. 232 p.

LIMA, Ana Cristina Dias Rocha. **Síndrome de Down e as práticas pedagógicas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. 142p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.; **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELO A. S.; SILVA, N. C. P. **A interação dos portadores de Síndrome de Down com seus colegas na sala de aula em uma abordagem inclusiva.** Belém: Universidade da Amazônia. 2002, 53 p.

MENEGOTTO, L. **Educação e pesquisa.** São Paulo, v.31, n.2, p.285-289. mai/ago .2005.

MOREIRA, L. M. A.; HANI, C. N.; GUSMÃO, F. A. F. A criança com Síndrome de Down no processo de alfabetização. **Revista brasileira de psiquiatria.** Bahia, v.22, n.2, fev. 2000.

PUESCHEL, Siegfried. **Síndrome de Down**, guia para pais e educadores 2.ed. Campinas, SP: Papirus, 1995. 105-114 p.

**Referencial Curricular Nacional Para A Educação Infantil /** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. v.3.: il.

SANTOS, Santa Marli P. dos (org.). **Brinquedo e infância:** um guia para pais e educadores. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SASSAKI, S. M. T. M. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA,1997.

SCHWARTZMAN, José Salomão [et Al.]. *Síndrome de Down.* São Paulo: Ed. Mackenzie, 1999. 324 p.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Salamanca, Espanha, 1994.

VIEIRA, Antônia. **Um olhar sobre o processo ensino e aprendizagem de crianças com Síndrome de Down.**

Disponível em: <<http://200.137.6.4/revistas/index.php/includere/article/view/4581>>.

Acesso em 27 de mar. 2016.

VOIVODIC, Maria Antonieta. **Inclusão escolar de crianças com síndrome de Down.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.